



## INTERPELAÇÃO ESCRITA

A súbita epidemia causada pelo novo tipo de coronavírus (COVID-19) paralisou o Governo da RAEM, deixando a população em pânico. Por um lado, esta está preocupada com a sua saúde e segurança e, por outro, tem receio das implicações desta epidemia para a sua vida pessoal e para a economia de Macau. Durante este período de epidemia, o Governo da RAEM adoptou várias medidas para tentar resolver os diversos problemas, no entanto, a situação tem-se mantido e as medidas adoptadas não são específicas para resolver as dificuldades dos cidadãos e das micro, pequenas e médias empresas, especialmente no que diz respeito à atenuação da pressão económica que enfrentam.

Nestes últimos tempos, aumentaram os pedidos de ajuda ao nosso Gabinete por parte de residentes de Macau, especialmente das camadas mais desfavorecidas, e das micro, pequenas e médias empresas, afirmando que a situação está a afectar gravemente a sua situação económica. Entre os referidos residentes, incluem-se os que foram despedidos por causa da epidemia, os que foram obrigados a suspender o trabalho, como por exemplo, os motoristas profissionais (motoristas das agências de viagens e dos táxis) e os assistentes sociais de entidades sem fins lucrativos, etc. Estes cidadãos que não têm qualquer rendimento ou sobrevivem com salários bastante baixos (cerca de 2 mil patacas por mês), que nem chegam ao salário mínimo, enfrentam grandes dificuldades para comer, já para não falar das despesas familiares e dos empréstimos bancários relativos à habitação, uma pressão



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

económica que já não conseguem aguentar e que lhes retira a esperança de viver.

Para além destes, há ainda as micro, pequenas e médias empresas que ainda se debatem com dificuldades e que estão à beira da falência, por exemplo, salões de beleza, bares, ginásios, etc. Algumas das micro, pequenas e médias empresas (PME) que, atendendo à sua classificação, não podem iniciar a sua actividade, continuam de portas fechadas, porém, têm de suportar rendas elevadas, salários e prejuízos com as mercadorias cujo prazo de validade foi ultrapassado, portanto, todas essas despesas fixas são desperdiçadas como água. E mesmo algumas das micro, pequenas e médias empresas que foram autorizadas a abrir portas estão a enfrentar dificuldades de quase zero receitas, devido à falta de clientes. É de salientar que estes operadores de micro, pequenas e médias empresas também têm famílias e têm de assumir as despesas com os seus filhos e ascendentes e pagar os empréstimos bancários relativos à habitação. Além disso, desde a eclosão do novo tipo de coronavírus (COVID19), algumas micro, pequenas e médias empresas já encerraram devido a várias dificuldades económicas.

Com a continuação da epidemia, os cidadãos de Macau enfrentam cada vez mais dificuldades económicas e pressão psicológica. Na primeira conferência de imprensa, o Chefe do Executivo afirmou, publicamente, que "todos dizem que as flores não florescem eternamente, então, se não utilizarmos as reservas financeiras agora, quando é que as vamos utilizar?". Chegou o momento de o Governo da RAEM cumprir a sua promessa, apoiando os cidadãos e adoptando medidas concretas para os ajudar a



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

ultrapassar as dificuldades. Caso contrário, neste momento difícil, os cidadãos de Macau vão sentir-se profundamente desapontados com o Governo da RAEM.

**Sendo assim, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente e em tempo útil, sobre o seguinte:**

**1. Adiar por mais seis meses o prazo de reembolso de juros e capital dos empréstimos bancários para habitação**

Há dias, a Associação de Bancos de Macau afirmou publicamente que os residentes de Macau podiam requerer o pagamento de apenas os juros dos empréstimos hipotecários relativos à habitação, não precisando de devolver o capital até ao prazo máximo de seis meses. No entanto, para os residentes de Macau, isto é pagar seis meses de juros a mais. É de salientar que muitos agregados familiares com dificuldades económicas já perderam a sua fonte de rendimentos e sofrem grande pressão com o pagamento dos juros dos empréstimos, e que muitas micro, pequenas e médias empresas estão à beira da falência, portanto, tanto empregadores como trabalhadores estão prestes a perder as suas fontes de receitas. Para estes grupos em situação vulnerável, a manutenção das despesas básicas do dia-a-dia é já uma grande dificuldade, portanto, como é que podem pagar os elevados juros dos empréstimos? O Governo da RAEM deve negociar com os bancos de Macau, no sentido de só receberem as prestações (capital e juros) seis meses



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

mais tarde, a fim de aliviar a pressão económica das famílias com dificuldades. O Governo vai fazer isso?

**2. Devido ao grave impacto económico causado pelo novo tipo de coronavírus (COVID-19), apela-se ao Governo da RAEM para distribuir uma segunda comparticipação pecuniária este ano**

Neste momento difícil devido ao novo tipo de coronavírus (COVID-19), vários residentes de Macau que perderam as suas fontes de rendimento já não conseguem suportar as suas despesas básicas, muito menos as despesas familiares e o pagamento dos seus empréstimos bancários relativos à habitação. Com vista a aliviar os pesados encargos económicos dos cidadãos de Macau devido ao surto da epidemia, o Governo da RAEM deve avançar, este ano, com mais um Plano de Comparticipação Pecuniária, como medida especial para apoiar os cidadãos a enfrentar a epidemia e a ultrapassar as dificuldades. Vai fazê-lo?

**3. Espera-se que o Governo da RAEM junte as 3 mil patacas dos vales de consumo às 6 mil patacas do programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo**

Em 13 de Fevereiro de 2020, o Secretário para a Economia e Finanças anunciou que ia atribuir a cada residente de Macau vales electrónicos de consumo no valor de 3 mil patacas. No entanto, muitos cidadãos manifestaram ao nosso Gabinete que esta medida não é abrangente nem prática, nem sequer suficiente para aliviar as suas dificuldades económicas. Esperam então que o Governo da



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

RAEM junte as 3 mil patacas dos vales de consumo com as 6 mil patacas do programa de desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuo. Como é que o Governo da RAEM vai responder às expectativas dos cidadãos? Vai juntar os vales de consumo de 3 mil patacas com os subsídios para formação contínua de 6 mil patacas, perfazendo 9 mil patacas, portanto, vales especiais, para poderem ser utilizados para consumo e para formação contínua, a fim de ajudar os cidadãos de Macau a ultrapassarem as dificuldades?

27 de Fevereiro de 2020

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

**José Maria Pereira Coutinho**